RESENHA BIBLIOGRÁFICA

R. A. AMARAL VIEIRA

CIÊNCIA POLÍTICA, Paulo Bonavides, Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1972. A editora da Fundação Getúlio Vargas acaba de lançar a 2.ª edição da obra fundamental do professor Paulo Bonavides. Sobre a anterior (1967), a presente — que é praticamente um outro livro — além de melhorada, revista e ampliada (vários capítulos foram acrescidos), apresenta-se valorizada por um minucioso índice analítico e uma referenciação bibliográfica cuja ausência empobrecia o primeiro texto.

A obra do professor Bonavides é um *manual* na melhor tradição européia e seu texto está à altura das grandes contribuições de Duverger e Gurvitch. A bibliografia brasileira, assim, está enriquecida com esse livro, que é, pelo menos, um dos mais completos já postos à disposição dos estudantes e dos etudiosos em geral de ciência política. E aqui já se destaca uma das suas qualidades: texto didático, concebido para esse fim, não se limita a uma exposição superficial da história e do desenvolvimento das idéias e das teorias políticas; sem se tornar por isso um texto de difícil acesso, ou obra unilateral de um pensador, o *manual* do professor Bonavides desce ao âmago das questões, expõe as principais tendências doutrinárias, mas revela sempre o pensamento crítico do autor.

Além de enfrentar as questões "clássicas" da ciência política, e como tal inserimos a discussão terminológica, as relações entre sociedade e Estado e seus elementos constitutivos, legalidade e legitimidade do poder político; institutos como o da soberania, a separação de poderes, as diversas formas de Estado, as formas de governo, os sistemas representativos e eleitorais, o sufrágio, a democracia, os sistemas de pressão etc., o professor Bonavides focaliza temas em regra abandonados pelos manuais de teoria geral do Estado, a saber, revolução e golpe de Estado, grupos de pressão e tecnocracia, opinião pública o partido político no Brasil etc. Sua obra revela, além de honestidade científica, argúcia crítica e extraordinária atualização com o processo histórico que, em nossos dias, num ritmo estatelante, transforma as instituições político-sociais.

Ao tratar dos grupos de pressão, por exemplo, alude à emergência da tecnocracia com uma clareza e uma profundidade científicas tais que seu estudo, sem dúvida, ficará como um *clássico* na matéria:

"A temática do planejamento econômico e educacional, a chamada política nuclear, as relações exteriores, a segurança nacional, o sistema tributário, o combate à inflação, a valorização e a desvalorização da moeda constituem problemas capitais do Estado na segunda metade deste século, exigindo da cúpula governante uma preparação prévia e rigorosa, para a qual não se acham qualificados os parlamentos tradicionais nem tampouco aptos os executivos herdados à sociedade do nosso tempo pelo Estado liberal. Daqui a crise recentíssima que resultou na formação da nova elite de tecnocratas. Sua intervenção silenciosa ou ostensiva será sempre perturbadora do princípio democrático, que parece impelido a um retrocesso insuportável e aos olhos de muitos já irremediável. A tecnocracia descamba no monopólio da decisão política sonegada ao povo e seus representantes. Na melhor das hipóteses lhes concede tão-somente a possibilidade de uma participação plebiscitária, ilustrativa do novo cesarismo — o tecnológico — que politizou a sociedade, e no qual ela se precipita vertiginosamente, governada pelos novos *príncipes* do vocabulário político de Debré."

No capítulo dedicado à opinião pública, que não constava da edição anterior, cumpre, por sua atualidade, referir ao item alusivo à relação cada vez mais íntima entre a opinião pública e os meios de propaganda: "Na sociedade de massas, de índole coletivista, a opinião aparece "racionalizada" em suas fontes formadoras, mediante o emprego da técnica, com todos os recursos científicos de comunicação de massas — a imprensa, o rádio e a televisão — deliberadamente conjugados, a compor um extenso laboratório de "criação" da opinião, para atender a interesses maciços de grupos ou poderes governantes, acreditando-se, no entanto, cada vez menos, no teor racional dessa opinião, que todos reconhecem ou proclamam uma força feita irretorquivelmente de sentimentos e emoções".

Não se entenda como *propaganda,* portanto, tão simplesmente, a utilização dos veículos de massa (*mass-communication*) ou instrumentos do processo de vendas e consumo. Insere-se aqui, também, sua utilização como meio de propaganda do Estado.

De fato, a revolução dos meios de informação, especialmente os recursos advindos dos auxiliares audiovisuais, aumentaram as possibilidades de intervenção do Estado e criaram meios extraordinários de informação. À reivindicação liberal clássica consistente no direito à formação da opinião pública (e de influir nessa formação através da imprensa livre) corresponde o direito, da opinião pública, de informar-se. E a propaganda, nas mãos do Estado ou dos grupos, ou de ambos, é o veículo formador da opinião. Em outras palavras, é questionável a legitimidade da ação externa da propaganda, ou do controle da imprensa e da comunicação de massa, visando a intervir no processo elaborativo da opinião pública. Não apenas as tentativas de condução da opinião pública, por intermédio da imprensa, de forma direta, ou seja, o jornalismo de opinião ou a censura da imprensa são formas de inter-

venção indébita, pois é preciso destacar, igualmente, os processos que restringem a defesa do ouvinte-objeto, a emissão subliminar por exemplo, orientando muitas vezes o consumo para interesses que não os da população; levando-a a utilizar alimentos de qualidade inferior, ao hábito do fumo, da bebida etc., criando mitos, transformando seus valores.

Tanto a massificação (de que a propaganda é instrumento) quanto o consumismo sugerem não apenas o esmagamento da vontade individual, como também, o que se nos afigura igualmente grave, a manipulação da vontade geral em direção a objetivos prefixados pelos controladores dos meios e instrumentos de comunicação. Essa intervenção na sociedade contemporânea, sobre ser corrente, é uma das características, possivelmente a mais marcante, de nossa civilização.

Os meios de comunicação, não apenas pelo que informam ou pela maneira como (de)formam mas, principalmente, pelo que deixam de informar, ditam as opiniões de cada ser humano, determinando-lhe as paixões e ódios. A liberdade individual parece esboroar-se à medida que a sociedade tecnológica liberta o homem da natureza. Imagine-se, agora, os instrumentos atuais de comunicação (propaganda) associados à informática, à computação de dados e da informação a serviço desse mecanismo kafkiano...

A intervenção desconhece limites éticos, e os instrumentos que a realizam podem deixar de ser lícitos. O instrumento básico da manipulação é a propaganda, direta, indireta ou subliminar; seu objetivo pode ser político (manipulado ou não pelo Estado) e puramente comercial. Se a propaganda governamental pode dirigir a população para os objetivos mais *sagrados* da civilização como um todo e do país em particular, pode igualmente ser instrumento de pressão política. Esse expediente é usualmente utilizado visando à conservação do poder ou, ainda por força desse objetivo, utilizado para, violentando a formação cultural da população, moldá-la aos objetivos momentâneos do Estado, impondo-lhe nova filosofia de vida etc. Por seu turno, a propaganda comercial não raro induz a população em erro, levando-a a preferir produtos nem sempre os mais indicados ou mais baratos, determinando o consumismo com a transformação do consumo em instrumento da produção. Deixa então o processo produtivo de visar ao atendimento das necessidades, para cair no círculo vicioso do consumo pelo consumo. Pode-se, ainda, questionar a existência de uma propaganda comercial pura, ou seja, totalmente voltada para o aumento das vendas. Na programação comercial, imanente, há um fundo ideológico raramente escamoteável.

A ciência política, tal como a exerce Bonavides, não é uma *ciência pura*, contemplativa; mergulha no fato social e daí retira conclusões, antevê crises e sugere opções. E nessa perseguição do factual talvez esteja a distância entre o ensino clássico da teoria geral do Estado e a configuração de uma disciplina universitária que pressupõe o rompimento da departamentalização do conhecimento e das ciências sociais. Como assinalado na apresentação do editor, a ciência política, embora já esteja armada de orientação metodológica e de objetividade da pesquisa, opera ainda em terreno que, afora movediço, não tem suas fronteiras claramente fixadas; é a um só tempo, ainda que à

procura de seu próprio escopo, ciência jurídica, sociologia e filosofia. Mas é certo que sua autonomia, seja metodológica, seja científica, existirá na medida em que, afastando-se do jurídico, caminhe para a compreensão do fenômeno político como um elemento dentre as variáveis e as determinantes sociológicas, vale dizer, quanto menos teoria do Estado e mais sociologia. Esse distanciamento elaborará o processo criativo, político-filosófico, que deve ser o grande objetivo do cientista político.

Presa à sua origem jurídica, limitada até ainda há pouco ao estudo nas escolas de direito, versada exclusivamente por juristas, padece ainda a ciência política, no Brasil, de um jurisdicismo que a inibe e afasta de discussões como, por exemplo, as que têm sido objeto de preocupação de Morin na França e Galbraith, nos Estados Unidos. Registra-se, porém, com a extensão dos estudos científico-políticos a uma área bem maior da universidade, uma tendência à libertação da ciência política. A obra do Professor Bonavides revela uma opção nesse sentido, embora a concepção do manual tenha pretendido inicialmente prover os cursos jurídicos com um texto básico.

FUNDAÇÕES — NO DIREITO, NA ADMINISTRAÇÃO

Inúmeras questões, de vivo interesse e atualidade, são expostas e discutidas por Homero Senna e Clóvis Zobaran Monteiro neste livro que é o mais completo tratado sobre as **fundações** em língua portuguesa. De grande utilidade para administradores, advogados, alunos de Faculdades de Direito, Economia e Escolas de Administração, a obra estuda também outras categorias de pessoas, tais como autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas.

A venda nas principais livrarias ou pelo reembolso postal. Pedidos para a Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo, 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.